

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**ATO NORMATIVO nº 008/2019**

Altera o Provimento nº 012/2017 e o Provimento nº 053/2018, que regulam o plantão para membros do Ministério Público cearense.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, na forma do art. 127, § 2º da Constituição Federal c/c o art. 10, inciso V, da Lei Federal nº 8.625, de 12 de dezembro de 1993 e as disposições contidas no art. 26, inciso V da Lei Complementar Estadual nº 72, de 12 de dezembro de 2008 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Ceará);

**CONSIDERANDO** a faculdade de a Administração Pública rever seus próprios atos;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O art. 14, § 3º do Provimento nº 012/2017 passa a vigor com a redação que segue:

“**Art. 14** [...]

§ 3º As compensações somente poderão ser usufruídas em até 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do plantão”.

**Art. 2º** O art. 9º, § 3º do Provimento nº 053/2018 passa a vigor com a redação que segue:

“**Art. 9º** [...]

§ 3º As compensações somente poderão ser usufruídas em até 90 (noventa) dias, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do plantão”.

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Art. 3º** Este ato normativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, em Fortaleza, aos 28 de janeiro de 2019.

**PLÁCIDO BARROSO RIOS**

Procurador-Geral de Justiça

Publicado no Diário Oficial do Ministério Público em 29 de janeiro de 2019.